

A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA INGLESA EM NOMES DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA CIDADE DE PELOTAS

Eren Melo Moraes PASQUALI¹
Universidade Federal de Pelotas

RESUMO: *Este trabalho visa a mostrar a influência da Língua Inglesa sobre o comércio da cidade de Pelotas no estado do Rio Grande de Sul, ou seja, analisa o grande uso de estrangeirismos que a sociedade pelotense utiliza em seus estabelecimentos comerciais. A partir de uma pesquisa realizada com os proprietários dos estabelecimentos será mostrado que a influência dos estrangeirismos na Língua Portuguesa não é prejudicial ao nosso idioma e as circunstâncias em que poderia prejudicar ou não o comércio local. Segundo os proprietários dos estabelecimentos estudados, o uso de palavras de origem Inglesa serve com um instrumento de impacto comercial, o qual não é obtido com o uso do Português.*

PALAVRAS-CHAVE: *estrangeirismos; língua inglesa; relação língua portuguesa-língua inglesa.*

O emprego dos estrangeirismos

Primeiramente, é importante saber o que são os estrangeirismos. Estrangeirismos ou empréstimos lingüísticos são o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas (GARCEZ e ZILLES, 2004), ou seja, palavras e expressões de outras línguas usadas freqüentemente em algumas áreas do nosso cotidiano.

Os estrangeirismos sempre estiveram presentes em todas as línguas e acontecem, com bastante freqüência, em diferentes áreas como na economia, no comércio, na moda, na tecnologia e em outras. As línguas humanas estão em constante movimento, por variação e mudança dentro da comunidade lingüística, de uma geração para outra, sendo o contato entre as línguas determinante neste processo (GARCEZ e ZILLES, 2004). Logo, as línguas não são estáticas ou fechadas e a incorporação de novos vocábulos e expressões faz parte do processo de evolução cultural de um povo que, assim, enriquece o seu idioma.

Junto a isso, a demanda pelo aprendizado do Inglês no Brasil e em outros países

¹Curso de Especialização em Leitura e Produção Textual – UFPEL
Orientação: Profª. Drª. Isabella Mozzillo

Hoje, saber inglês é requisito primordial para as grandes empresas na seleção de funcionários. E estes, por sua vez, estão cada vez mais convencidos de que o conhecimento do inglês é um passaporte para o sucesso profissional (RAJAGOPALAN, 2004).

O uso de palavras de origem estrangeira sempre gerou muita discussão e polêmica. Entretanto, esta se acentuou a partir da criação do Projeto de Lei nº 1679 de 1999, pelo deputado federal Aldo Rebelo do PC do B de São Paulo, quando conclui que o número de palavras e expressões (em inglês) era excessivo.

Neste projeto, que foi posteriormente arquivado, em favor do substitutivo de autoria do senador Amir Lando, o deputado propõe, de uma maneira simplista, uma atitude enérgica contra o uso de estrangeirismos no Brasil, utilizando argumentos como a defesa e a proteção da língua portuguesa.

Consta também no documento que o uso da Língua Portuguesa é obrigatório pelos brasileiros e por estrangeiros residentes no país por mais de um ano nos mais diversos domínios socioculturais, como no trabalho, ensino e aprendizagem, meios de comunicação e outros (cf. Projeto de Lei nº 1676 de 1999).

Para Aldo Rebelo, seu projeto de lei consiste em uma denúncia contra a invasão dos estrangeirismos e uma defesa da Língua Portuguesa, a qual se encontra ameaçada por uma invasão desordenada de vocábulos de origem estrangeira. Devido a isso, Rebelo aponta que o uso dos estrangeirismos ou anglicismos, exceto os casos ressaltados na lei, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro e, portanto, punível na forma da lei.

Afirma ainda o deputado, que qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira que tiver uma tradução equivalente em português e, caso, não for assim substituída, torna-se uma prática abusiva e enganosa. Junto a isso, qualquer expressão ou palavra que induzir as pessoas ao erro, também será considerada abusiva (FARACO, 2004).

De acordo com o artigo 5º, em que Rebelo advoga a substituição dos vocábulos estrangeiros por equivalentes na Língua Portuguesa, o deputado determina ainda um

período de 90 dias a partir do regimento da lei (RAGOPALAN, 2004). O falante que não cumprir tais determinações, ressalvos os caso excepcionais na lei, estará sujeito à multa. As penas variam entre R\$ 1.300 e R\$ 14 mil, aproximadamente. Caso a palavra ou expressão em língua estrangeira não possua uma tradução equivalente, será admitido o aportuguesamento da mesma ou neologismo próprio a ser criado (REBELO, 1999).

Rebello enfraquece seus argumentos a partir do momento em que ignora a colonização brasileira e não reconhece que os estrangeirismos são frutos deste processo. Durante a colonização, o Brasil entrou em contato com diversos povos e culturas, sendo hoje, os estrangeirismos apenas reflexos desta interação.

A respeito disso, Schimitz (2004) afirma, o Brasil não pode ser considerado um país fechado e, por conseguinte, temer as invasões lingüísticas, uma vez que um reflexo desta abertura é o uso de nomes de origem estrangeira em cidadãos brasileiros como Wilson, Wolfgango, Vladimir e também os de origem indígena como Iracema, Juracy e Moacir.

Aldo Rebello afirma que os brasileiros não têm obrigação de saber o que é “*delivery*”, *self service*”, “*on sale*”, “*off*” ou “*pet shop*”, por exemplo. Equivocadamente, o deputado esquece que o uso dos estrangeirismos se restringe apenas a alguns nichos, como o da informática, o do comércio, o da moda e que por isso, não prejudica o entendimento de “nosso homem simples do campo”, quando este, com freqüência, não entende o que está escrito em um projeto de lei ou mesmo em uma bula de remédio (POSSENTI, 2001).

Ainda que Rebello não explicita em sua lei que são os elementos do inglês – os chamados anglicismos – os que ele considera grandes vilões da descaracterização da língua portuguesa, há indícios de que o inglês é então um dos principais causadores da “deformação da língua portuguesa”, conforme pode-se observar em suas palavras:

E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e

expressões, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, [...] (2000).

Apesar de o referido projeto ser preconceituoso e utópico ao tentar legislar sobre a língua, ele agrada aos xenófobos e leigos que desconhecem a dinâmica e a história da Língua Portuguesa.

Como era de se esperar, surgiram muitas reações contra e a favor do projeto de lei do deputado Rebelo, especialmente da comunidade lingüística e de acadêmicos. Uma delas foi um requerimento de lingüistas enviado para o senado. Neste documento, renomados lingüistas como a Prof^a Dr^a Maria Elias Soares, da Associação Brasileira de Lingüística, a Prof^a Dr^a Vera Lúcia Paiva, da Associação de Lingüística Aplicada do Brasil, junto com a também Prof^a Dr^a Freda Indursky, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e lingüística, apontam e comentam os deslizes cometidos pelo autor do projeto de lei nº 1676/1999.

As lingüistas concordam que o Brasil precisa realmente investir esforços para estabelecer uma política lingüística nacional. Entretanto, tal política nacional deve, antes de proibir os empréstimos lingüísticos e acentuar o preconceito lingüístico, reconhecer o caráter multilíngüe do País, combater o preconceito lingüístico, estimular a pesquisa científica e, por último, definir os direitos lingüísticos do cidadão (FARACO, 2004).

Diante disso, as lingüistas afirmam que a aprovação do referido projeto só traria prejuízos para a cultura lingüística do Brasil, uma vez que, entre vários defeitos do documento, o deputado escreve que “*à Academia Brasileira de Letras cumbe, por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da língua da língua portuguesa usada no Brasil*” (art. 2, § 2º) – afirmação que nos faz pensar que há realmente alguém responsável pela defesa e proteção do idioma brasileiro.

A respeito do art. 2, § 2º do PL de Rebelo, Bagno ironiza:

Afirmção que não significa rigorosamente coisa nenhuma, fazendo a gente até pensar que esse projeto é mesmo para ser

levado a sério ou se não passa de mais de uma piada surrealista de mau gosto... (2004).

Também outros renomados escritores brasileiros posicionaram-se contra o projeto de Rebelo. Lya Luft considerou absurdo interferir desse modo na vida e nos direitos das pessoas e Luíz Fernando Veríssimo chamou-o de xenófobo. Para outros, o PL do deputado Aldo Rebelo não é nada mais do que uma tentativa de oportunismo face a seus respaldos midiáticos (FARACO, 2004).

Junto aos inúmeros equívocos cometidos pelo deputado, percebe-se ainda que este, apesar de exercer uma profissão de grande importância para a sociedade, ignora ou desconhece a realidade do Inglês hoje no mundo – língua que se encontra em ascensão e que é considerada a língua das relações comerciais e políticas entre diferentes países. Assim, como coloca Rajagopalan:

(...) perto de 1,5 bilhão de pessoas no mundo – isto é $\frac{1}{4}$ da população mundial – já possui algum grau de conhecimento da língua inglesa e/ou se encontra na situação de lidar com ele no seu dia-a-dia. Acrescente-se a isso o fato ainda mais impressionante de que algo em torno de 80 a 90% da divulgação de conhecimento científico ocorre em inglês. (2005).

Outro equívoco inaceitável cometido pelo autor do projeto é a afirmação de que os estrangeirismos podem descaracterizar a Língua Portuguesa. Não está claro para Rebelo que os vocábulos de origem estrangeira que são incorporados ao nosso idioma, não modificam a estrutura da língua, ou seja, a gramática. Apenas contribuem para o enriquecimento do léxico da mesma.

Betemps (2005) salienta que: “A gramática não se encontra ameaçada por empréstimos estrangeiros, pois eles são pronunciados de acordo com o sistema fonológico do português e usados segundo a morfologia e a sintaxe de nosso idioma.”

Deveria estar claro para o deputado que hoje alguns vocábulos como *e-mail*, *happy hour*, *feed back* que são exemplos de estrangeirismos, podem, daqui a alguns anos ser esquecidos pelos falantes ou já estar incorporados naturalmente à língua, como *sutiã*, *máster*, *tricô* e tantos outros.

De modo geral, muitos empréstimos têm vida curta, ou seja, depois de serem usados em determinadas ocasiões por seus falantes, são esquecidos e dão lugar a outros. Um exemplo seriam as gírias, que se não forem esquecidas, são incorporadas à língua pelos processos de mudanças lingüísticas e nem são percebidas como estrangeirismos (GARCEZ e ZILLES, 2004). Nem todos os falantes do português, nem muito menos Aldo Rebelo, sabem que o vocábulo bife, foi *beaf* e futebol, foi *football*.

Em contrapartida, há muitas manifestações a favor do PL n° 1676, dos que, como Rebelo, consideram os empréstimos lingüísticos uma descaracterização do idioma e, mais do que isso, uma forma de dominação cultural e principalmente econômica, que é imposta por nosso irmão norte americano – os Estados Unidos.

A escritora Lygia Fagundes Telles (apud SCHMITZ, 2004), em um seminário intitulado “Idioma e soberania, nossa língua, nossa pátria”, organizado por Rebelo, diz que o PL do deputado “é uma extraordinária arma para impedir a colonização da língua portuguesa”.

Outro exemplo destas manifestações que merece destaque é o caso do jornalista Carlos Pimentel Mendes, autor do texto “A matemática dos estrangeirismos”.

Na abertura de seu texto, Mendes (2006) diz que o uso dos estrangeirismos nada mais é do que uma odiosa tentativa de discriminação social, provada na diferenciação entre *beautiful people* e o povão e também na diferenciação entre mercado – termo usado por pessoas de classes menos prestigiadas e *shopping*, termo usado por pessoas de classes prestigiadas e que, portanto, indica um local mais sofisticado.

Seguindo os passos de Aldo Rebelo, Mendes desconhece que o uso de vocábulos de origem estrangeira se dá apenas em alguns nichos – comércio, informática e moda, por exemplo, e mais do que isso, tais termos e expressões usados de acordo com a necessidade lingüística de seus falantes. Ele afirma ainda em seu texto que o uso exagerado de estrangeirismos favorece a criação de uma barreira no entendimento do que é dito, formando uma espécie de elite que domina este código indecifrável pelos demais falantes do português.

Outro ponto do texto de Mendes que merece destaque, é a afirmação de que nosso idioma, ao invés de renovar-se e adaptar-se às necessidades dos falantes, está regredindo, uma vez que os brasileiros estão abandonando as palavras, a sonoridade e as regras gramaticais da língua portuguesa.

Embora Mendes acredite que um idioma evolui e se adapta ao entendimento dos falantes, desconhece que a língua portuguesa continua intacta e suas regras e peculiaridades não estão sendo esquecidas. O que acontece, na verdade, é apenas o enriquecimento do léxico. A estrutura da língua portuguesa não está sendo modificada nem ao menos ignorada, já que os empréstimos estrangeiros são pronunciados de acordo com o sistema fonológico do português e usados segundo a morfologia e sintaxe de nosso idioma (BETEMPS, 2005).

Carvalho (1989) afirma que para que todos os empréstimos lingüísticos sejam reconhecidos como termos da língua portuguesa deverão se adaptar a padrões como sistema morfológico, tipologia silábica e estruturação morfológica.

Voltando à questão do abandono do português defendida por Mendes, nota-se que uma das maiores provas de que a estrutura de nosso idioma não está sendo esquecida ou abandonada é a questão sobre o ensino da gramática nas aulas de português. Tal prática é tão freqüente, que, muitas vezes, as aulas de português são vistas pelos alunos como chatas e desinteressantes. Como pode Mendes afirmar que o português está sendo esquecido?

Mendes ainda critica o uso dos estrangeirismos afirmando que são usados em situação de ignorância e que evidenciam que o vocábulo estrangeiro foi empregado não naturalmente, mas sim em uma situação de ostentação, em que o falante não sabe o significado da palavra em inglês.

Tal autor e defensor do idioma português realmente está equivocado, uma vez que se os falantes utilizam determinados estrangeirismos é por uma necessidade real e, para sua tristeza, todos os falantes que empregam estrangeirismos, mesmo que seja apenas em um determinado nicho, sabem com certeza, seus significados e como usá-los

devidamente. Ao contrário do que pensa Carlos Mendes, a maioria da população possui conhecimento, mesmo que básico, de certo léxico em Inglês, conforme aponta Rajagopalan:

De fato, a maioria das crianças e adolescentes, sobretudo as de classe média e alta, já esta familiarizada com eventuais palavras e m inglês graças à penetração da música *pop* americana e inglesa, [...]; além disso, muitos já tiveram alguns anos de aprendizado da língua inglesa... (2004)

É importante salientar que, apesar de os estrangeirismos serem usados de acordo com a necessidade dos falantes e revelarem o contato entre diferentes culturas e povos, muitos daqueles são empregados desnecessariamente com o objetivo de conferir prestígio social ou por simples modismo. Longe dessa situação, os estrangeirismos são apenas ferramentas que conferem enriquecimento para o nosso idioma.

No Brasil, a grande influência atualmente é a de vocábulos de origem inglesa, os quais são facilmente identificados pelos falantes – mesmos por aqueles que não possuem conhecimento em inglês. Estrangeirismos de origem francesa também são facilmente encontrados em nosso idioma como: *abajur*, *tricô*, *buquê*, *edredom* e tantos outros, os quais dão origem a muitas palavras de origem inglesa, como *façon* (maneira) que deu origem ao vocábulo inglês *fashion* e *dessin* (desenho) que deu origem à palavra *design*. E isso acontece de forma tão natural em nosso idioma, que nem percebemos e continuamos a achar que temos influência apenas do irmão Norte Americano – os Estados Unidos, como bem coloca Rebelo.

Outros projetos como o de Aldo Rebelo já foram empreendidos no Brasil. Na última década do século XIX, por exemplo, houve um clamor popular para frear o avanço do francês sobre o português (RAJAGOPALAN, 2004). Ironicamente as palavras e expressões de origem francesa continuam a influenciar nosso idioma, desde então, e, com certeza, não causaram nenhum empobrecimento ou descaracterização do português.

Estes estrangeirismos, tanto do inglês, do francês ou do espanhol estão tão presentes em nosso cotidiano que, na maioria das vezes, nem mesmo reparamos que

estamos utilizando palavras de outro idioma. Os empréstimos lingüísticos são encontrados com maior frequência em vitrines – *on sale, off*; em estabelecimentos comerciais – como instrumento de impacto comercial; no turismo, na moda e principalmente na informática.

Logo, a legislação proposta por Rebelo é, sem dúvidas, ineficaz e utópica. Conforme coloca Bagno (2004); “a língua não precisa de legislação”, ou “o aportuguesamento de uma palavra ou expressão não se faz por decreto”. A língua acompanha a necessidade do falante. Muitas vezes, os vocábulos de origem estrangeira são usados por algum tempo e depois deixam de ser usados (BAGNO, 2004).

Para proibir o uso de estrangeirismos no Brasil, seria necessário que o país fosse impedido de ter contato ou relações comerciais com outros países, principalmente com os Estados Unidos. Todo tipo de mercadoria ou produtos que trazem consigo atrelados algum tipo de estrangeirismo – como a informática – devem ser proibidos de entram em território brasileiro. Seria isto possível em meio à globalização em que vivemos?

Junto a isso, deve-se levar em consideração que são os próprios falantes que fazem os empréstimos. Se não os desejassem, não os fariam.

Rebelo pergunta-se como vamos querer ser respeitados, se nós mesmos nos descuidamos do que é nosso, ou seja, da nossa língua. O deputado não sabe que, ao empregar os estrangeirismos, não estamos destruindo ou descuidando da língua e sim contribuindo para seu enriquecimento. E mais do que isso, como salienta Schmitz (2004): “Nenhuma legislação vai impedir eventuais exageros ou abusos no uso do idioma por parte de seus usuários”.

Outra questão além do fato de a legislação não conseguir combater os empréstimos, é que tentar decidir sobre o que as pessoas falam ou pensam é um grande absurdo que Rebelo pressupõe conseguir com sua lei. A respeito disso, Bagno afirma:

Querer legislar sobre o uso individual da língua, além de autoritário, por querer interferir naquilo que pessoa é como ser humano, é perfeitamente inútil, já que não se pode legislar sobre

o que uma pessoa vai ou não pensar. É transformar em um crime o que a pessoa *é* e o que ela *pensa*. (2004)

A língua é um fenômeno histórico-social público, ou seja, pertence a cada cidadão e é usada, primeiramente, como meio de comunicação do indivíduo consigo mesmo. Logo, as línguas pertencem a seus falantes, que as empregam de maneira que sejam entendidos e se façam entender. Não será um decreto que vai determinar o uso de um bem dos falantes – a sua própria língua. Sabendo disso, não há por que temer que a utilização de um punhado de estrangeirismos seja “*lesiva à língua como patrimônio cultural*” a ponto de provocar “*uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa*” (BAGNO, 2004).

Deve ficar claro que o processo de empréstimos lingüísticos acontece desde o início da formação da cultura brasileira através da colonização, por isso torna-se difícil evitar algo que sempre esteve presente em nossa sociedade. Na mesma direção, Maria José Finatto (apud RAJAGOPALAN, 2004) afirma: “o Brasil sempre foi um espaço de miscigenação de múltiplos ingredientes e que, além disso, a incorporação voraz de elementos estrangeiros foi a marca registrada de sua história nacional”.

E há ainda que se pensar que quando alguns escritores, ditos peritos no bom uso da língua, dizem que está ocorrendo uma desvalorização do nosso idioma, devemos concordar no sentido de que muitos deles buscam uma uniformização dialetal do português – se é que é possível. E, a partir do objetivo de uniformização lingüística, criam e disseminam o que é pior que o uso de palavras de outro idioma – o preconceito lingüístico.

Causador de altos números de evasão escolar, repetência e sentimentos de inferioridade, o preconceito lingüístico é um fenômeno, no mínimo, mais preocupante do que o uso dos estrangeirismos, já que possui um efeito lastimável sobre a auto-estima lingüística do falante, que fica com a triste idéia de que não sabe falar e não conhece sua própria língua.

Para afirmar mais ainda o caráter preconceituoso de seu texto, Rebelo menciona no mesmo: “*como um dos nossos maiores lingüistas*” o professor Napoleão Mendes de Almeida, o qual defendia idéias de que o português falado no Brasil era “*língua de*

cozinheiras, babás,..., vagabundos e criminosos” (BAGNO, 2004). Será que podemos realmente considerar Napoleão Mendes como um bom exemplo de linguísta, frente às suas idéias autoritárias e preconceituosas?

Entretanto, Rebelo e seus seguidores parecem desconhecer os efeitos do preconceito lingüístico. Os argumentos do deputado, contra os estrangeirismos, contribuem para a idéia de que nosso país é um lugar onde todos falam a mesma língua, uma língua pura, sem interferência estrangeira e sem suas variações dialetais.

Os falantes de uma língua, neste caso o português, empregam-na sem ou com estrangeirismos. Os falantes usam sua língua para demarcar quem são e quem está dentro ou fora de seus grupos sociais, ou ainda, dos quais desejam se diferenciar (GARCEZ e ZILLES, 2004). Logo, fazer empréstimos lingüísticos é um dos meios menos eficazes de fazer exclusão social, já que o uso de um português “*correto*” é o único fator que impede a mobilidade social dos falantes.

Fazem mal então os estrangeirismos? A respeito disso, Garcez e Zilles afirmam:

Fazem mal? Tanto quanto as ondas que vieram antes, como as dos galicismos – os empréstimos franceses do início do século XX – passageiros, na maior parte incorporados sem cicatrizes, os mais úteis ou simpáticos. Reprimi-los, por quê? (2004)

A propósito, muitas iniciativas de políticas lingüísticas já foram tomadas em nosso país, contudo nenhuma delas continha idéias ou objetivos plausíveis à realidade dos falantes. Todas estas iniciativas, principalmente a de Aldo Rebelo, não são mais do que tentativas de autoritarismo e repressão lingüística.

Um exemplo claro de outras tentativas de legislar sobre a língua do povo foi o “Diretório dos Índios”, criado pelo Marquês de Pombal e que proibia o ensino e o uso de outra língua, mas principalmente da chamada *língua geral*, que era a única falada pelos negros, mestiços e brasileiros no período colonial (BAGNO, 2004).

A política cortou o vínculo do povo brasileiro com seus ancestrais indígenas, fazendo com que até hoje, tenhamos que buscar nossas raízes com os distantes povos

européus, e mais do que isso, tentemos falar o português deles, que é o mais “*correto*” e “*bonito*” – o português de Portugal.

Ironicamente, há alguns anos, o grande inimigo e invasor do português era o francês – hoje inofensivo. No início do século XX, a conversa sobre o uso de palavras e expressões francesas era a mesma de hoje sobre o inglês. No entanto, o nosso português, resistente às invasões estrangeiras, continua intacto e forte.

Fica claro então que toda esta discussão sobre a descaracterização do português é apenas uma forma de nacionalismo extremado, já que, mesmo depois de tantas invasões de outras línguas – do francês e agora do inglês, o nosso idioma ainda continua vivo, conforme afirma Bagno:

É de admirar a incompetência desses assassinos da língua portuguesa: estão matando ela há mais de duzentos anos, e ela continua resistindo, viva, forte, falada e escrita por cada vez mais gente. É um crime que nunca se acaba de cometer... (2004)

Diante de tudo o que foi exposto, a discussão sobre os estrangeirismos surge a partir de idéias de nacionalismo e patriotismo, baseados no pressuposto de que existe uma língua pura, a qual deve ser defendida por seus falantes contra as influências externas.

Para Bagno (2004), nosso país pede sim uma política lingüística coerente e consistente e não de atitudes, embora bem-intencionadas, que se inspirem no preconceito, mitos e superstições. E ainda como afirma Maratori:

Atualmente, a "última flor do Lácio" é constituída de, pelo menos, 20% de termos emprestados de línguas estrangeiras. Essas palavras portuguesas vindas de outros idiomas enriqueceram a língua a longo prazo. Se fossem bloqueadas na origem, o português seria sem dúvida mais pobre. Para os especialistas, o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo mostra total ignorância do fenômeno lingüístico. (2006)

Dessa maneira, não se pode deixar de lado o fato de que a língua é um fenômeno vivo e segue seus caminhos de acordo com a necessidade dos seus falantes. As

transformações fazem parte da língua portuguesa. Logo, quem muda a língua são os falantes e não projetos.

O estudo da cidade de Pelotas

A partir de tanta polêmica quanto ao uso ou não de vocábulos estrangeiros em nosso idioma, torna-se importante uma análise mais detalhada sobre o emprego dos estrangeirismos e principalmente observar as opiniões dos falantes quanto ao assunto e quanto a suas necessidades lingüísticas.

Neste trabalho, analiso o uso de estrangeirismos no comércio, mais especificamente nos nomes de estabelecimentos comerciais na cidade de Pelotas. É curioso verificar que muitos estabelecimentos comerciais, das mais diversas áreas, possuem nomes em inglês especificamente na cidade de Pelotas.

De acordo com um levantamento realizado na cidade sobre o uso de nomes em inglês, chegou-se à conclusão de que há um número bastante expressivo de estabelecimentos comerciais utilizando a língua inglesa.

Para tanto foi utilizada uma pesquisa, em anexo (anexo 1), em que os entrevistados – proprietários – responderam a nove perguntas sobre o uso de palavras em inglês nos estabelecimentos comerciais. Foram entrevistados 10 estabelecimentos.

Aqui transcrevo apenas as perguntas e respostas mais relevantes para o desenvolvimento do texto. Junto a isso, é importante ressaltar que as respostas estão transcritas conforme a fala dos entrevistados.

Primeiramente, com o objetivo de identificar o porquê da escolha pela língua inglesa, perguntou-se aos entrevistados por que optaram por um nome em inglês? Algumas das respostas foram as seguintes:

“Foi complicado. Copiei de um salão de beleza de Los Angeles. Foi de última hora. Fiz uma conexão com o produto que ofereço – beleza.” (It’s marvellous cabeleireiro).

“Por que a sigla VIP significa pessoas importantes, que são as que vêm até aqui. É diferente e é um nome fácil de lembrar. Acho que chama a atenção.” (VIP – locadora de DVDs).

“Escolhi por que big é o oposto do tamanho do meu estabelecimento. Achei melhor colocar big do que grande.” (Big chaveiro).

“Por que é mais fashion um nome em inglês.” (Belmar Vargas hairdesign – cabelereiro).

“Primeiramente já é um nome consagrado no mercado e o nome configura o serviço que é prestado e o ambiente que temos dentro da escola. Em minha opinião uma escola de inglês tem de ter o nome na mesma língua.” (British House – escola de idiomas).

“Para diferenciar das demais lojas e por que é de fácil entendimento.” (Toys – loja de brinquedos).

“Não sabia que master era uma palavra em inglês.” (Master Agropecuária LTDA).

Nota-se aí que a opção pelo inglês nos nomes dos estabelecimentos comerciais, para a maioria dos entrevistados, é uma forma de buscar uma diferenciação quanto aos outros comércios. O uso do inglês no comércio destaca o ambiente, uma vez que poderiam dizer a mesma coisa com um nome em português, como é o caso de Big Chaveiro. Neste caso o proprietário poderia identificar perfeitamente sua loja com o nome “Grande Chaveiro”. Percebe-se que o nome em inglês neste caso se torna mais atrativo, já que a palavra *big* é bastante conhecida e nos remete a postos de vendas consagrados no comércio e na sociedade.

Quanto a isso, Fiorin (2004) afirma: “Assim, o uso de determinadas expressões estrangeiras conota “modernidade”, “requinte” etc., conotações que as correspondentes vernáculas não possuem.”

Voltando ao PL de Rebelo, onde este diz que os estrangeirismos são de difícil entendimento para o cidadão e que o uso destas palavras pode levá-lo ao engano, percebe-se um paradoxo. O entrevistado de uma casa veterinária, chamada Master Veterinária, afirmou ser o vocábulo *master* uma palavra de origem portuguesa. Assim, verifica-se mais uma vez que os estrangeirismos estão tão incorporados ao português que muitas vezes o falante nem os identifica como sendo de outra língua. Será que realmente os estrangeirismos prejudicam o falante brasileiro?

Outra pergunta respondida pelos entrevistados foi a respeito da compreensão por parte dos clientes quanto ao nome escolhido?

“Não, mas a maioria pergunta.” (It’s marvellous cabeleireiro).

“Penso que sim. Hoje em dia a maioria das pessoas sabe e o nome está conectado com o português, ou seja, já é uma palavra aportuguesada.” (Perform Computadores).

“A maioria sabe o que significa, com exceção de alguns poucos.” (Look lavanderia).

“Acredito que sim, principalmente no que se refere ao inglês britânico. Muitos têm dificuldade de pronunciar, mas comercialmente o nome é atrativo e da credibilidade.” (British House – escola de idiomas).

“Sim. Pois é um nome muito comum; é várias vezes citado em filmes, novelas e shoppings.” (Yellow – loja de roupas femininas).

“A maioria não entende e nem pergunta. Apenas sabem que trabalho com chaves.” (Big chaveiro).

A partir deste último relato, observa-se que o nome em inglês, mesmo que o cliente entenda, não interfere nas relações comerciais, já que há, muitas vezes, outros indícios do produto que é oferecido pelo estabelecimento. Neste caso, há chave à direita do nome em inglês, para uma melhor identificação do local, diz proprietário.

Para fins de verificação, perguntou-se aos entrevistados suas opiniões sobre o projeto de lei de Rebelo. Inesperadamente, a maioria dos comerciantes desconhecia tal projeto e, a partir de uma breve explicação sobre o mesmo, concluíram que não passa de “*um absurdo*” e de uma política desnecessária quando o país precisa de tantas outras políticas sociais realmente importantes para a sociedade brasileira. Vejamos:

“É um absurdo. Não existe patriotismo nem nos jogadores brasileiros. Será que este deputado nunca viajou?... Por ser um político, obrigatoriamente deve falar outras línguas. Será que ele nunca usou um estrangeirismo?” (It’s marvellous cabeleireiro).

“Tantos problemas que temos no país e ele vai se preocupar com o inglês. È brincadeira cobrar multa por isso!” (VIP – locadora de DVDs).

“Vou me dar mal. Todo mundo, pois existem milhares de estabelecimentos com nomes em inglês. Mas é uma coisa tão boba que não vai dar certo.” (Big chaveiro).

“Acredito que é inviável. A alma do povo já está “contaminada” com a cultura americana, a língua é só um aspecto.” (British House – escola de idiomas).

“Ele deveria se preocupar com a saúde – educação e não ficar se pegando nestas coisas mesquinhas.” (Master Agropecuária LTDA).

“Não concordo com sua tese, pois os estrangeirismos fazem parte também da nossa cultura.” (Toys – loja de brinquedos).

Outro ponto que foi observado na realização da pesquisa foi se há algum prejuízo ou benefício para o estabelecimento comercial que possui nome em inglês. A pergunta foi a seguinte: Você acha que um nome em inglês vai prejudicar ou beneficiar seu comércio? Por quê?

Como era de se esperar, o uso do inglês no comércio é uma ferramenta de impacto comercial e que não é obtido com o uso do português. Para os comerciantes, a escolha pelo inglês é um atrativo a mais para o estabelecimento e de forma alguma pode prejudicá-lo, conforme veremos:

“Não prejudica. As pessoas dizem o nome errado, mas pagam pelo profissional. O que interessa é a qualidade do serviço oferecido.” (It’s marvellous cabeleireiro).

“Nenhum dos dois. Não prejudica nem beneficia. È só o nome!” (Perform Computadores).

“Coloquei este nome em inglês, pois achei mais moderno e que iria chamar a atenção dos jovens.” (Yellow – loja de roupas femininas).

“Acredito que não influencia de forma negativa, pois é de fácil associação e entendimento até para quem não domina o inglês.” (Toys – loja de brinquedos).

“A língua inglesa no comércio elitiza o estabelecimento, no entanto é necessário usa-lo adequadamente levando em consideração as características do lugar, porque às vezes os nomes em português empobrecem e não têm o atrativo que se deseja.” (British House – escola de idiomas)

Aldo Rebelo afirma em seu PL que o uso exagerado de vocábulos de origem inglesa é uma forma de dominação dos Estados Unidos e que nosso português corre o risco de morrer devido a esta invasão desordenada do inglês. De acordo com esta afirmação, perguntou-se aos entrevistados se acreditam na idéia de dominação e fim da língua portuguesa. Embora Rebelo coloque tal questão com tanta veemência e certeza, os entrevistados tiveram opiniões bem diferentes e, além disso, criticam as idéias do deputado.

“Claro que não. Assim como em outros países é uma forma de diversificar, modernizar, chamar a atenção.” (Yellow – loja de roupas femininas).

“Não. Ele apenas é mais rico e poderoso. Gostamos de copiar o que é moderno.” (Big chaveiro).

“Até pode ser. Ele é um país rico. Todos nós vivemos atrás do dinheiro e tentamos imitar o que é modelo e chama a atenção.” (It’s marvellous cabeleireiro).

“Acho que não. Os estados unidos é um país forte e é modelo de riqueza, por isso copiamos o que é interessante. Na economia ele pode até dominar sim, mas em nomes, na língua, acho que não.” (VIP – locadora de DVDs).

Também se perguntou as entrevistados se concordavam com a seguinte afirmação do deputado Aldo Rebelo: “o uso de estrangeirismos é uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa?” Os entrevistados não viram nenhuma relação entre o uso de estrangeirismos e uma possível descaracterização ou fim da língua portuguesa conforme aponta Rebelo. Para eles, os empréstimos lingüísticos apenas dão um tom mais atrativo ao estabelecimento ou em qualquer outro meio em que são usados.

Alguns proprietários afirmaram ainda, que o uso de palavras de origem inglesa com objetivo de chamar atenção ou adquirir destaque é perfeitamente normal e nada mais é do que uma estratégia comercial, a qual não é obtida com o uso do português. Assim a “descaracterização da língua portuguesa” é uma afirmação utópica e até irônica. Vejamos:

“Não, continuamos falando a nossa língua e não são algumas palavrinha que irão destruí-la.” (VIP – locadora de DVDs).

“Não. Os estrangeirismos enriquecem a língua.” (Peform Computadores).

“Ótimo que sempre houvesse esta miscigenação de culturas e línguas. O uso dos estrangeirismos não é uma forma de descaracterização do português.” (It’s marvellous cabelereiro)

“Não, a descaracterização da língua portuguesa vem da ignorância do falante, da falta de acesso à educação, do “internetês”, da falta de recurso para ler bons livros em português.” (British House – escola de idiomas)

“... O uso das palavras estrangeiras não é nada absurdo e demasiado.” (Yellow – loja de roupas femininas).

Em seguida, perguntou-se aos proprietários se se sentiam enganados ou prejudicados ao encontrarem tantos nomes em inglês em estabelecimentos comerciais na cidade de Pelotas. Analisou-se aqui a reação dos proprietários como clientes quando deparados com o “uso exagerado” de vocábulos de origem inglesa. As respostas não foram surpreendentes. Ao contrário do que afirma o autor do PL, o cidadão pelotense não se sente prejudicado ou lesado com o uso dos estrangeirismos em nossa sociedade, uma vez que se não entende alguma palavra, pergunta o significado naturalmente. As respostas foram as seguintes:

“Não. Basta perguntar, alguém do estabelecimento saberá responder.” (Yellow – loja de roupas femininas).

“Geralmente entendo, se não entendo não há problema, pois podemos identificar que tipo de estabelecimento é.” (Belmar Vargas hairdesign – cabelereiro).

“Não, é difícil. Geralmente conheço os nomes porque tenho conhecimento de inglês (básico). E as palavras usadas são quase sempre as mesmas, são simples e quase todo mundo conhece. Exemplo: new, beautiful, point.”

“Pergunto. Não me sinto lesada em hipótese algumas. E por curiosidade sempre pergunto caso eu não conheça a palavra. O que me importa em um estabelecimento é o produto/trabalho, não o nome.” (It’s marvellous cabelereiro).

“O nome não interessa, o que interessa é o produto e a partir disso passa-se a entender o nome. Me preocupo com a qualidade do produto oferecido e não com nomes e palavras estrangeiras.” (Perform Computadores).

Como se pode observar, para estes comerciantes o uso dos estrangeirismos não é entendido como uma atitude anti-nacionalista e que pode enfraquecer nosso idioma. Tanto no comércio, como em outros nichos como a informática ou moda, por exemplo,

os estrangeirismos apenas conferem destaque e um tom de modernidade, conforme se pode observar nas palavras de Telma Gimenez:

“O lojista que denomina seu estabelecimento “West Point Country” deseja enviar uma mensagem sobre a mercadoria que vende, sejam botas, sejam jeans (opa!) ou jaquetas de couro. A elas quer agregar uma aura de modernidade, de internacionalização... O mesmo raciocínio poderia ser aplicado à loja que anuncia “on sale” ao invés de “o turco ficou doidão”. Dirigem-se ambas a públicos diferenciados e a língua, neste caso, é empregada para fazer esta diferenciação. Por que então abrir fogo apenas contra os estrangeirismos?” (2006)

Outro exemplo disso é o termo “apartment” que é frequentemente empregado no lugar de “apartamento”, revelando uma indicação de que o uso dos estrangeirismos infunde uma aura adicional ao produto comercializado (RAJAGOPALAN, 2004).

Dessa maneira, fica bastante visível que a proibição do uso dos estrangeirismos não se faz por decreto e não tem razão de ser. As línguas mudam de acordo com a necessidade dos falantes. Estes usam sua língua para demonstrarem o que são e o meio a que pertencem, ou seja, usam o seu bem – a língua – de acordo com suas necessidades e seus objetivos. Assim a língua muda porque o falante e a sociedade mudam.

Além disso, a questão dos estrangeirismos foi bastante discutida e agora está esquecida, pelos leigos, já que a mídia encontrou outros temas mais interessantes e sensacionalistas para explorar (RAJAGOPALAN, 2004).

Querer uma língua pura e estática, como deseja Aldo Rebelo, é utópico, é lutar contra a natureza das línguas e principalmente dos falantes. Mais equivocado ainda é tentar controlar a língua através de legislação. Neste ponto o deputado Aldo Rebelo, que nos perdoe, mas foi totalmente ingênuo e audacioso.

A guerra contra os estrangeirismos não tem objetivos plausíveis. Por que continuar lutando contra? O emprego dos estrangeirismos é consequência do mundo globalizado em que vivemos. Caso o povo brasileiro optasse por viver isolado do resto do mundo, sem relações comerciais, políticas e culturais seria, assim, fácil viver longe

dos empréstimos lingüísticos. Felizmente para muitos e infelizmente para Rebelo isto é quase impossível.

Junto a isso é importante ressaltar que é extremamente comum que as línguas se nutram das outras. Além de comum é fato antigo que os vocábulos atravessem as fronteiras e sejam, principalmente, de uma cultura dominante – como é o caso do inglês americano.

Sabemos sim, que precisamos de ações concretas para a promoção do nosso idioma, precisamos de ações na melhoria do ensino do português nas escolas; precisamos de ações para baixar os preços abusivos dos livros, incentivando a leitura entre as crianças; necessitamos de leis que limitem o número de alunos em sala de aula, que obriguem o funcionamento de bibliotecas em todas as escolas. Estas sim seriam leis urgentes e mais do que tudo, importantes para o cidadão brasileiro.

Frente a tantas outras necessidades, deve então a sociedade brasileira continuar lutando contra os estrangeirismos? Nem pensar!

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE LETRAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - ESPECIALIZAÇÃO
ORIENTANDA: EREN MELO MORAES PASQUALI
ORIENTADORA Prof.º. Dr.º. ISABELLA MOZZILLO
Pelotas, 2006.

PESQUISA: A influência da Língua Inglesa em nomes de estabelecimentos comerciais na cidade de Pelotas

- a) Pesquisa realizada em: _____
- b) Tipo de estabelecimento: _____
- c) Localização: _____
- d) Nome do proprietário: _____
- e) Nome do estabelecimento: _____

1. Por que você optou por um nome em inglês para o seu estabelecimento?

2. Você possui conhecimento em inglês e sabe o que significa o nome que escolheu?

3. Você acha que os clientes que vêm até seu estabelecimento entendem o nome escolhido?

4. Você acha que um nome em inglês irá prejudicar ou beneficiar seu comércio? Por quê?

5. Qual é sua opinião sobre o uso de palavras de origem estrangeira em estabelecimentos comerciais?

6. Você acha que o uso de palavras de origem inglesa é um sinal de dominação dos Estados Unidos sobre o nosso país?

7. De acordo com o Deputado Aldo Rebelo, “o uso de estrangeirismos é uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa”, você concorda?

8. O que você acha do Projeto de Lei criado por Aldo Rebelo? (explicar brevemente)

9. Como você reage quando vai a algum estabelecimento que possui nome em inglês e você não entende? Você se sente enganado/prejudicado ou beneficiado?

REFERÊNCIAS BIBILIGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2004.

BETEMPS, Danielle Silveira. **Estrangeirismos: Defendê-los ou condená-los?** 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Leitura e Produção Textual)-Faculdade de Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CARVALHO, Nelly. **Empréstimos Lingüísticos**. São Paulo: Ática, 1989.

FARACO, Carlos Alberto (org.) **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2004.

FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de Lei n° 1676/99. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2004.

GARCEZ, Pedro M; ZILLES, Ana Maria S. Estrangeirismos – Desejos e Ameaças. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2004.

GIMENEZ, Telma. **Guerra aos estrangeirismos**. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/nap/artigos/artigo09.htm>. Acesso em 25/10/06.

KANAVILLIL, Rajagopalan. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a lingüística que nos deixou na mão. In: SILVA, Fábio Lopes da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). **A lingüística que nos faz falhar – Investigação crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MENDES, Calos Pimentel. **A matemática dos estrangeirismos**. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20020106.htm>. Acesso em 14/08/06.

MORATORI, Deborah. **Ah, e a nossa língua portuguesa?** Disponível em: <http://www.acesa.com/cidade/arquivo/jfhoje/2003/09/26-estrangeirismo>. Acesso em 14/11/06.

POSSENTI, Sírio. A questão dos estrangeirismos. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2004.

SCHMITZ, John Robert. O Projeto de Lei n° 1676/99 na imprensa de São Paulo. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2004.

SILVA, Fábio Lopes da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). **A lingüística que nos faz falhar – Investigação crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.